



<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/index>
ISSN: 2359-1870

CONCEITO DE REGIÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AFRICANO¹

Jonny Morais Morais²
Lindberg Nascimento Junior³


Resumo

O presente artigo busca explicar o conceito geográfico de região como um momento na produção do espaço africano. Esse critério parte da cartografia-histórica, que articula espaço-tempo para o entendimento da história de África, e combina representações cartográficas a períodos geográficos. O momento da produção espaço do continente africano como região serve para compreender parte do desenvolvimento desigual e combinado, a partir das funcionalidades no sistema colonial, que colocou a África como grande fator de formação socioespacial de novos estados-nacionais e crescimento econômico das metrópoles coloniais. Neste sentido, a periodização do continente africano se faz importante para a desconstrução de estereótipos, de visões hegemônicas e de históricas únicas, e auxilia professores/as e estudantes no trabalho docente sobre a África de forma que valorize a cultura e história afro-brasileira e africana.

Palavras-chave: Continente Africano. Ensino de geografia. África. Cartografia Histórica. Lei Federal 10.639/03.


Jonny Morais Morais

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, Florianópolis, SC, Brasil
<jonnymorais90@gmail.com>

 <https://orcid.org/0000-0003-3074-5444>

Lindberg Nascimento Junior

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, Florianópolis, SC, Brasil
<lindberg.junior@ufsc.br>

 <https://orcid.org/0000-0003-0276-2933>

Recebido em: 10/10/2019
Aprovado em: 30/05/2020

¹ Artigo aprovado pela Comissão Científica e apresentado na seção *Espaços de Diálogos & Práticas*, do “Seminário de Licenciatura em Geografia: abordagens múltiplas – SELIGeo”, realizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis, SC, de 5 a 7 de nov. de 2019.

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (NEPEGeo). Professor da Educação Quilombola no Estado de Santa Catarina e no Projeto de Educação Comunitária INTEGRAR.

³ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de Climatologia Aplicada (LabClima), do Observatório de Áreas Protegidas (OBSERVA), do Grupo de Pesquisa Alteritas - Diferença, Arte e Educação, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (NEPEGeo) e da Rede de Geógrafos/as Negros/as. Coordenador do projeto de extensão “Cartografia Histórica da África: Recursos didáticos, disseminação e formação docente para educação afro-brasileira e africana”.

CONCEPTO REGIONAL Y PRODUCCIÓN DE ESPACIO AFRICANO

Resumen

El concepto de región se utiliza como momento de producción del espacio geográfico africano. Explicamos el espacio-tiempo para comprender la historia de África, y combinamos representaciones cartográficas con eventos geográficos en una cartografía histórica. La región como un momento de producción del espacio africano sirve para comprender una parte del desarrollo desigual y combinado en escalas globales y regionales. Este aspecto se basó en las funcionalidades del sistema colonial, que ubicaron a África como un factor importante de formación socioespacial de nuevos estados nacionales y el crecimiento económico de las metrópolis coloniales. En este sentido, la periodización es importante para la deconstrucción de estereotipos, visiones históricas hegemónicas y únicas, y ayuda a maestros y estudiantes a enseñar sobre África, de una manera que valora la cultura e historia afrobrasileña y africana.

Palabras clave: Continente Africano. Enseñanza de Geografía. África. Cartografía Histórica. Ley Federal 10.639/03.

CONCEPT OF REGION AND PRODUCTION OF AFRICAN SPACE

Abstract

The concept of region is utilized as a moment of production of African geographical space. We explain the space-time for understanding the history of Africa, and combines cartographic representations with geographical periods with a historical cartography approach. The region as a moment of space production on the African serves to understand a part of the uneven and combined development. This aspect based on the functionalities in the colonial system, which placed Africa as a major factor in the socio-spatial formation of new national states and the economic growth of colonial metropolises. In this sense, the periodization is important for the deconstruction of stereotypes, hegemonic and unique historical views, and helps teachers and students in teaching work on Africa in a way that values Afro-Brazilian culture and history and African.

Keywords: African Continent. Geography Teaching. Africa. Historical Cartography. Federal Law 10.639/03.

Introdução

Começamos esse texto pelo seguinte questionamento: por que estudar história de África a partir da geografia? Podemos começar pelo que deveria ser uma informação facilmente concebida, primeiro, definindo que a África é um continente e não um país. Essa afirmação, por mais simples que pareça ser ainda se apresenta com muitas confusões no cotidiano, e mostra a evidente ausência de conhecimento geográfico por parte da população brasileira acerca do continente africano.

Em segundo, que esse desconhecimento se manifesta acompanhado de uma persistência estereotipada e preconceituosa acerca da população negra. A essa perspectiva podemos associar o fato que temos, desde o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), a população de pardos e pretos, como a maior do país e mesmo assim há uma exclusão de uma parcela dessa população dos seus plenos direitos como cidadãos. Destacamos do conjunto dos direitos, sobretudo os sociais e da educação pública, gratuita e de qualidade (BRASIL, 1988).

A partir disso, ferramentas vêm sendo apresentadas para que possamos fugir de narrativas únicas e eurocentradas, para assim estudar uma história afrocentrada de África, do Brasil e da humanidade. A principal ferramenta que destacamos é a Lei Federal 10.639/03 (BRASIL, 2003), instrumento legal construído pelo Movimento Negro na luta por uma educação para a igualdade racial.

Com o intuito de contribuir com a ampliação desse processo e legitimação dos princípios legais e sociais da Lei Federal, buscamos nesse trabalho apresentar uma perspectiva de partir da história de África utilizando a abordagem da cartografia-histórica. Entendemos que os mapas são ferramentas extremamente didáticas para o ensino de Geografia, e por isso, nosso interesse é que a proposta possa auxiliar professores/as e estudantes de geografia no trato com conteúdos que valorizem e reconheçam cultura e a história afro-brasileira partindo do conhecimento geográfico, de base crítica sobre o continente africano.

Primeiro apresentaremos a importância da geografia para o ensino de história de África e para as relações raciais no Brasil. Em seguida apresentaremos elementos geográficos e pensaremos possibilidades de inserção de conteúdos da geografia escolar na história de África. Na terceira parte, apresentamos, partir da proposta teórico-metodológico acerca da produção do espaço africano em períodos relativos, conforme as categorias paisagem, lugar, região e território (MORAIS *et al.*, 2019). Entraremos efetivamente em como se dá a produção do espaço africano no momento em que ele pode ser discutido como região.

1 As relações raciais no Brasil e a importância da Geografia para o ensino de História de África

Tendo em vista que após mais de uma década da promulgação da Lei 10.639/03 ainda se faz necessário movimentos de lutas para a sua efetiva implementação nas instituições de ensino brasileiras. Vale destacar, que a criação e aprovação da Lei Federal é fruto de um processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira, e tem desde a década de 70 o movimento negro como ator principal desses processos de lutas pela construção de uma educação para igualdade racial.

De acordo com Santos (2010, p. 142),

[...] a Lei é transformada pelo movimento social em instrumento para fortalecimento da luta, e isto lhe coloca novas pautas: articulação e capacitação de secretarias, escolas e professores, produção de materiais de referências, pesquisa e produção de conhecimento, revisões de currículos, *advocacy* frente ao não cumprimento da lei, entre tantas outras.

No entanto, ainda persiste uma falta de entendimento da Lei que acaba por fazer que ela tenha um maior impacto apenas nas disciplinas de história, educação artística e na literatura, como se história e cultura não fosse assunto relevante às demais disciplinas. O sentido é de que o cumprimento da Lei vai além de um ou outro conteúdo em uma disciplina específica. O reconhecimento das raízes africanas tem relação direta com afirmação e valorização da identidade negra na sociedade brasileira. Nesse ponto a prática de uma Geografia antirracista é fundamental para promover a igualdade das relações étnico-raciais.

A partir disso, se entende que a Lei é um instrumento que busca realocar o negro na educação brasileira. Segundo Santos (2007), História e Cultura Afro-brasileira, compreendendo História da África, a cultura negra, etc., são, na verdade, ferramentas para a construção de outros sentidos de mundo além de uma história única e eurocêntrica, buscamos assim construções plurais e de uma interpretação que coloque o continente africano no centro do debate, e não apenas como um conteúdo extra ou necessário em datas comemorativas, como 20 de novembro e/ou 13 de maio.

Entendemos também que aplicar a Lei não orienta inserir novos conteúdos nos currículos, mas ao contrário, trata-se de fazer releituras dos conteúdos já ministrados, modificando a forma de como se tem feito a leitura do mundo passado e atual. Neste escopo, a história tem sentidos e direções diversas, e seu rumo, se dá sempre a um futuro aberto e cheio de possibilidades de transformação.

Ela rebate frontalmente com concepções previamente concebidas por valores ocidentais e brancos, que relativas à sinônimos de progresso, desenvolvimento, revolução, modernização, crescimento e globalização, reduzem qualquer trajetória história à uma única universalidade e finalidade.

Essa leitura rompe com a concepção tradicional e linear de tempo, que indica que a trajetória histórica não deve ser concebida sob uma espaço-temporalidade que universal, presente e única, ao mesmo tempo que é também absoluta, imutável, estática e fixa. Em outras palavras, é necessário superar a noção que apaga a ideia de que houve diferentes vivências, culturas e organizações políticas/sociais atuando de forma simultânea, e mantém a lógica sucessiva e hierarquizada da produção do espaço.

É importante debater o enfoque dado ao tema África em sala de aula sob esse viés, uma vez que, sua história se encontra diretamente ligada à história da população negra no Brasil, e do desenvolvimento mundial da humanidade. Afirmamos que reescrever a história de África é uma importante ferramenta para a valorização e ressignificação de toda uma identidade que foi inferiorizada ao longo da construção do Brasil, das Américas e do mundo.

No campo da geografia cabe o questionamento: como atuamos para romper com esta história única de África, e construir uma geografia que seja de fato antirracista e multicultural?

A geografia tem como um de seus objetivos oferecer à humanidade o entendimento das dinâmicas e de processos espaciais, que devem auxiliar no raciocínio geográfico e nas práticas do ser humano em todas suas dimensões. Sua importância reside exatamente nas contribuições de que esse conhecimento auxilia a direcionar e orientar como os processos de transformação, ocupação e produção da sociedade acontecem espacialmente.

Diante disso, é comumente dado que a geografia contribui para a formação humana, referenciando os sujeitos acerca de seu lugar no mundo, possibilitando a participação nos processos de construção da sociedade. Para Santos (2010) os conceitos estruturantes do saber geográfico (espaço, território, região, escala, urbano, agrário, centro, periferia, etc.) são, na verdade referenciais, isto é, estruturas analíticas que constroem para cada indivíduo a sua leitura de totalidade-mundo.

Além desses conceitos e categorias, a geografia possui nos mapas uma poderosa ferramenta de construção dos sentidos de mundo. Santos (2010) coloca que o mapa pode ser usado para evidenciar ou construir critérios de existências e não existências. Neste caso, mapear (representar, evidenciar e mostrar) ou não um determinado grupo é uma estratégia política eficaz de identidade.

A título de exemplificação, a partir da leitura e análise espacial das relações raciais postas em um mapa, é possível compreender que as relações hierárquicas e assimétricas de poder, servem para manter a população negra majoritariamente representada nas páginas policiais e minoritariamente nas universidades.

Sobre esse aspecto, Anjos (2015) nos mostra que em nível de estado brasileiro há uma manutenção da desinformação da população em geral a assuntos referentes ao continente africano esse desconhecimento atua como importante obstáculo para se estabelecer uma real democracia racial no país. Podemos destacar inclusive a precariedade da educação

geográfico-cartográfica em relação à representação do continente africano como ferramenta de inferiorização e invisibilidade dessa população.

Percebemos assim que cabe a geografia debater as estruturas espaciais construídas a partir das relações raciais e como as mesmas impactam nossas vivências. Afinal como nos diz Santos (2007) é preciso tencionar possibilidades analíticas da geografia, para assim abordar o espaço geográfico não somente como **objeto de reflexão**, mas pensar esse espaço geográfico como um **instrumento de reflexão** sobre as próprias relações raciais através do desvendamento das espacialidades das práticas do racismo, por exemplo.

Cabe à geografia, como uma ciência que serve para os sujeitos se posicionarem no mundo (SANTOS, 2007), oferecer processos de compreensão das expressões espaciais nas mais diversas escalas e que tem pode ser um instrumento de reprodução e difusão de narrativas únicas. Devemos então nos atentar para que a partir da educação geográfica possamos desconstruir narrativas dessa ordem e construir uma geografia antirracista e multicultural.

Uma estratégia de desenvolvimento dessa proposta pode ser visualizada a seguir, em que buscamos apresentar formas de colocar a geografia como elemento central para o ensino de história da África.

2 Possibilidades de inserção de conteúdos da Geografia escolar na história de África

Vivemos em um país de sociedade classista, racista e sexista, cuja população negra, que integra a maior parcela demográfica (mesmo depois de mais 100 anos de abolição oficial da escravidão) continua como subalterna, com cidadanias mutiladas (SANTOS, 1996), uma vez que o acesso a direitos sociais básicos e dignos de seres humanos ainda é uma questão estrutural.

O Movimento Negro, por meio de lutas, tem denunciado as desigualdades raciais no Brasil e buscando desconstruir mito da democracia racial, colocando a educação como pauta principal, uma vez que essa se mostra repleta de práticas racistas, além de ser uma ferramenta de difusão de ideologias que negativam a parte da população não branca da sociedade.

Apesar das recentes conquistas, a Lei Federal 10.639/03 que prevê a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ainda está passível de real efetiva implementação, que sejam observadas por ações concretas no cotidiano e na mudança de comportamentos.

É fato que os campos da História e da Pedagogia, principalmente, assumiram um papel primordial para a implementação da Lei no ensino básico. As alterações nesses campos se deram primeiramente na dimensão objetiva, a partir da produção de materiais didáticos, em especial o livro didático, e na dimensão formativa, por meio da revisão da grade curricular dos cursos de graduação com inclusão de disciplinas específicas e especiais (SANTOS, 2010).

Apesar de tudo que já foi colocado aqui acerca da importância e da potência da ciência geográfica, houve certo atraso em se cumprir a lei. Hoje, no entanto, podemos afirmar que geografia tem avançado no debate acerca da temática, tem se colocado como uma ferramenta de suma importância para romper com estigmatizações que constitui papéis sociais restritos e explicitar a diversidade de ocupações e funções que são e podem ser exercidas na sociedade pela população negra.

O primeiro passo para desenvolver essa geografia está em buscar a desconstrução das narrativas dominantes que tem uma leitura eurocêntrica da história mundo. Para isso, é necessário reescrever essas narrativas e mais que isso, é importante inserir novos enredos e personagens.

Santos (2010, 2007), apresenta algumas possibilidades para descolonização do ensino da geografia, apresentando um temário. Destacamos aqui alguns desses temas;

- O debate raça e modernidade que coloca a questão racial no cerne das relações sociais para a afirmação do capitalismo no séc. XIX;
- O processo de branqueamento da população e branqueamento do território – cujo interesse pode abordar a composição racial da população brasileira buscando problematizar as relações raciais, e a democracia racial com projeto de construção de uma nação;
- As comunidades remanescentes de Quilombos – estudar a história dos quilombos é estudar a história de resistência dos negros a escravidão, portanto é estudar as marcas espaciais que atualizam o passado, e não se esquecer da importância dele para compreender o espaço do tempo presente;
- Toponímia/Marcas históricas da presença negra, definição dos nomes dos lugares, afloram sentimentos de pertencimento e as toponímias indígenas e negras possuem marcas históricas apagadas e/ou invisibilizadas da construção e formação do nosso território, é preciso valorizar e contar a história desses lugares.

Para o ensino sobre o continente africano, é necessário desconstruir narrativas eurocêntricas, que estabelecem que a história da África se dá a partir do contato com o Europeu e reconstruir essa narrativa a partir de marcos africanos que coloquem o continente como centro da sua própria história.

Ratts (2015) aponta que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana podem ser desenvolvidos no ensino da geografia a partir das diversas interações políticas e culturais, seja pela articulação das diferentes escalas geográficas (local, regional, nacional e global) na triangulação África, Europa e América.

Observa-se que as estratégias de ensino e pesquisas geográficas sobre relações étnico-raciais, cultura africana e afro-brasileira, negritude e africanidades apresentam alternativas para a descolonização da geografia e dos conteúdos trabalhados no saber geográfico.

Oferecemos como mais uma contribuição, esse debate a partir da teoria da produção do espaço em uma alternativa sistematizada e qualificada que promove a (re)leitura geográfica da história da África.

3 A produção do espaço como proposta metodológica

Apresentaremos aqui uma estratégia didática para se compreender a história do continente africano a partir de uma proposta que combina a abordagem da cartografia-histórica à produção do espaço.

Entendemos a cartografia-histórica como uma abordagem geográfica que tem como princípio o estabelecimento do desenvolvimento histórico da dinâmica das paisagens naturais e da configuração dos territórios por meio de representações espaciais e sequência temporal (eventual, periodizada, cronológica etc.), e se faz como uma possibilidade de reescrita e inserção de outras histórias, ou melhor, de outras geografias do continente africano.

De acordo com Morais *et al.* (2019), a proposta teórico-metodológica serve ao ensino e estudo geográfico dos lugares, sendo dimensionado pela articulação entre sociedade ↔ natureza e espaço ↔ tempo, que formam os planos analíticos de base ontológica e epistemológica da produção do espaço geográfico. Juntos, e dialeticamente relacionados, eles oferecem as componentes importantes do entendimento de como o desenvolvimento geográfico acontece nos lugares. Por isso, a produção do espaço é a teoria mais adequada e a categoria chave para entender a história do continente africano dentro da geografia.

A partir de levantamento e da reunião de diversos mapas temáticos acerca do continente africano buscamos organizá-los dentro de uma linha temporal em espiral, dividida em períodos relativos, conforme as categorias paisagem, lugar, região e território. A partir dos quatro momentos geográficos busca-se sempre a relação e integração entre eventos e processo que unem história natural e social.

A construção da linha do tempo em forma de espiral é proposital (figura 1), pois acreditamos que para se entender a produção do espaço de um determinado lugar não podemos pensar linearmente como se tudo acontecesse de forma sequencial e hierarquizada (um evento após e sobre o outro). Tal lógica é base para a constituição narrativa (pretensamente) universal da história, mas cuja referência é o eurocentramento espaço-temporal do mundo (SANTOS, 2010, p. 146).

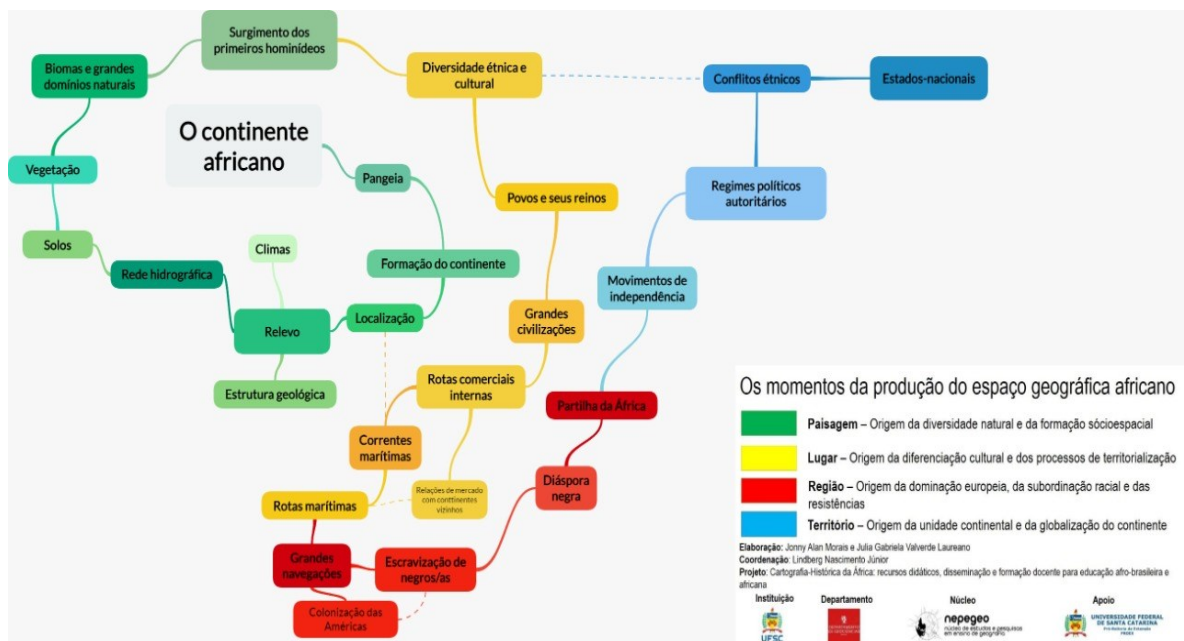
Na linha do tempo em espiral é possível conceber a história (como seta e ciclo) e que a produção do espaço geográfico se dá no sentido de formação e origem, que se organiza enquanto funcionalidade, e projeta-se como múltipla determinação ou como possibilidade de transformação (SUERTEGARAY, 2001). Neste contexto,

[...] o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em

construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente (SUERTEGARAY, 2001, p. 1).

Na síntese, a produção do espaço pode representada graficamente em uma espiral combina na leitura dos avanços (seta), dos retornos (ciclo) e dos progressos-retrocessos (seta-ciclo). Juntos, essas grafias evidenciam como as permanências, as continuidades, as mudanças e as transformações, indicam parte do processo de construção geográfica dos lugares. A periodização em momentos geográficos é uma maneira de evidenciar como os processos mais abrangentes e gerais se realizam, e por isso, podem ser organizados a partir de categorias e conceitos geográficos.

Figura 1 - A produção do espaço geográfico africano em uma espiral



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Neste trabalho, apresenta-se como a produção do espaço africano é entendido como região, que indica a origem da dominação europeia, da subalternização da raça e das resistências. Cabe destacar, que ao pensarmos o conceito geográfico de região na produção do espaço africano evitamos o uso restrito do conceito, avançamos deste modo, no seu caráter múltiplo de gestão territorial, e partir disso refletir sobre suas aplicabilidades e funcionalidades.

O momento do continente africano como região destaca a África como um espaço funcional ao processo colonial. O conceito de região oferece a possibilidade de reconhecer o continente enquanto resultado da seletividade espacial (MOREIRA, 2001), com base em

critérios objetivos que se dá inicialmente na busca pelas riquezas naturais e mão de obra negra a ser escravizada, indicando limites e fronteiras abstratamente estabelecidas, e politicamente definidas (GOMES, 1995; MOREIRA, 1997).

O sentido é de que a produção do espaço africano retoma os primórdios do conceito de região, que surge como a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial (GOMES, 1995, p. 51), que tem início no período das grandes navegações e finaliza com a Partilha da África (figura 1).

Buscaremos entender então quais são os fatos e eventos que compõe um dos momentos mais críticos do continente africano, que inclusive reorienta o movimento espiral da linha temporal em outra direção (figura 1), destacando fundamentalmente as origens do processo de dominação europeia e seus marcos históricos.

4 O Continente Africano como Região: origem da dominação europeia, da subalternização racial e das resistências

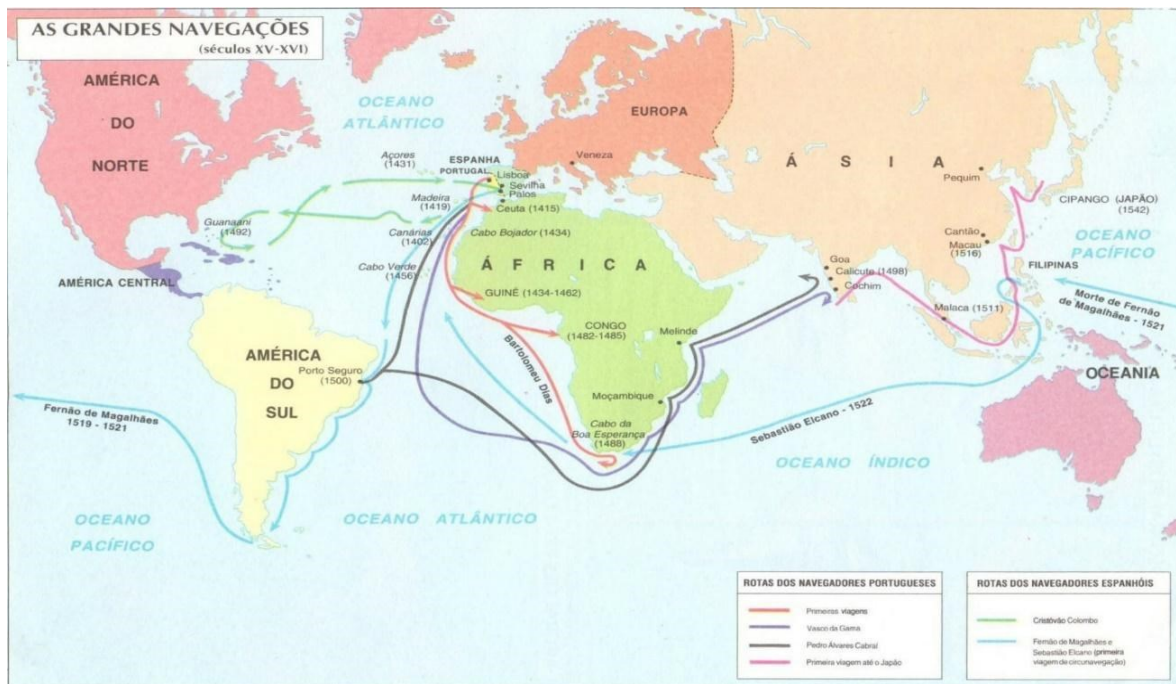
Geralmente repetimos o erro de pensar o processo de escravidão, partindo da chegada de 10 a 11 milhões de africanos e seus impactos na formação do continente americano e na dinâmica colonial. Priorizamos apenas do sistema econômico construído sobre os sujeitos escravizados, iniciando a desconstrução da história pela dominação europeia, e negligenciamos os aspectos políticos e ideológicos que fundamentaram esse período.

Por isso, indicamos que é a Partilha da África, que se dá a partir da conferência de Berlim (1884-1885), que melhor evidencia e ápice da dominação europeia na África como região. São os agentes hegemônicos europeus que colocam seus protagonismos e interesses coloniais sobre o continente africano, desencadeando processos cujas consequências são observadas até os dias atuais.

Entendemos a conferência como o grande marco desse momento, e que ele também tem sua história, uma vez que os europeus chegaram à África aos poucos, e não por uma invasão homogeneizante como muitos pensam. Os europeus já tinham relações com a África desde muitos séculos antes da colonização, mas essas relações eram estritamente comerciais, em contatos de compra e venda muito comuns.

O processo de expansão europeia sobre o continente, deste modo, se inicia por volta de 1430 com a chegada dos portugueses, (HERNANDEZ, 2005), e já no século XV, os europeus passaram a desejar a conquista das áreas litorâneas do continente, primeiramente em busca de trigo e cereais para abastecimento dos reinos e conseqüentemente pela busca de metais preciosos (figura 2).

Figura 2 - Mapa representando as grandes navegações nos séculos XV-XVI



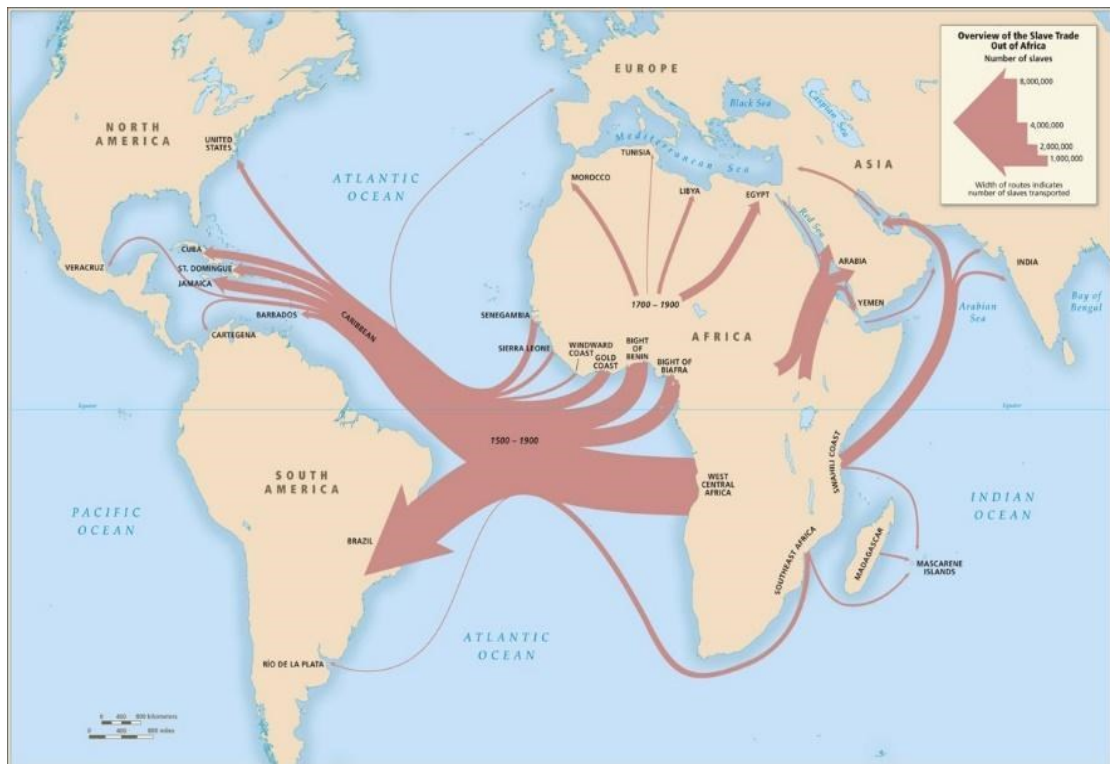
Fonte: Arruda e Piletti (2007).

Esse processo se dá quando as rotas marítimas se tornaram o principal caminho comercial para os europeus, principalmente após os turcos otomanos realizarem o bloqueio da rota terrestre que passava pelo mediterrâneo (DORIGO; MARONE, 1991; SERRANO; WALDMAN, 2008).

Durante os primeiros quatro séculos – do século XV a metade do XIX – de contato dos navegantes europeus com o Continente Negro, a África foi vista como somente como uma grande reserva de mão de obra escrava, extremamente especializada, já que os grandes impérios africanos já possuíam um vasto conhecimento em trabalhar com materiais metálicos como cobre e ouro.

Além disso, os povos africanos já tinham desenvolvido técnicas agrícolas adaptadas ao mundo tropical, ou seja, diferente do que se tem pejorativamente mostrado, já existia em África um alto nível de sofisticação técnica e desenvolvimento cultural. É só a partir dessa apropriação que a mão de obra escrava se torna a principal mercadoria para o desenvolvimento das metrópoles europeias (figura 3).

Figura 3 - Mapa representando Diáspora Africana entre 1500-1900



Fonte: Eltis e Richardson (2010).

Esse processo se dá de forma desigual e combinada. Ao passo que ele enriquece as elites e as metrópoles europeias, ele também auxilia na formação do continente americano. Mas, cabe à África, o ônus desse grande desenvolvimento mundial, observado nas grandes chagas do processo.

Apesar do grande empenho e interesse das metrópoles europeias pelo tráfico atlântico, a diminuição do trabalho escravo no mundo, sobretudo nas Américas, é que intensifica a expansão europeia continente adentro.

Dessa vez, são as expedições missionárias e científicas que permitiram o conhecimento do interior do continente, elas se deram basicamente pela evangelização cristã, com a entrada de missionários na África, e por expedições que se apropriaram do conhecimento dos povos adentrando o continente pelos setores costeiros e pelos canais fluviais dos principais rios - Rio Nilo (Egito e Sudão), Rio Níger (Guiné, Serra Leoa, Mali, Nigéria e Níger), Rio Zambeze (Zâmbia, Zimbábue e Moçambique) e o rio Congo (República Democrática do Congo e Congo).

O resultado por convergências de interesse econômico e políticos acerca do continente africano acabou levando as potências coloniais a se reunirem entre 1884 e 1885 para decidirem com seria feita a partilha da África.

A partilha deu início à conquista, processo por meio do qual se acelerou a violência geográfica, com a exploração generalizada dos diversos espaços geopolíticos do continente africano. A essa fase inicial de perda da soberania dos africanos seguiu-o o período da estruturação do sistema colonial (HERNANDEZ, 2005, p. 91).

O processo que consolida o domínio europeu regionaliza o continente de forma homogênea, independentemente de sua diversidade étnica e cultural (figura 4). De diversos e múltiplos, antes lugar dos povos e de passagem de estrangeiros, a África é transformada em colcha de retalhos (possibilitada pelo uso e funcionalidade do conceito de região). Neste momento, são mais de 90% da área continental sob domínio dos povos europeus, que resultou em um processo colonizatório de exploração predatória (DORIGO; MARONE, 1991).

Figura 4 - Mapa representando a partilha da África



Fonte: Vichessi e Giuffrida (2010).

A África dividida regionalmente, como um produto intelectual, é um espaço geográfico chave para uma nova fase de produção capitalista acontecer, ou seja, são necessárias nações independentes e livres para que a exploração e o comércio mundial continuassem em outro patamar de acumulação e produção da riqueza. É necessário compreender que nesse momento há uma forte atuação de processos exógenos – imperialismo, colonialismo e

escravismo – e que suas manifestações políticas e culturais se dão majoritariamente de forma violenta, e deixam rugosidades que se perpetuam nas suas estruturas espaciais até hoje, principalmente a partir da Partilha.

Aliado a essa questão, grupos e movimentos que lutavam em busca da independência política, começaram a dispersar discursos de libertação e descolonização por todo o continente (DORIGO e MARONE, 1991). Mas este caráter deve inaugurar um novo processo de produção do espaço africano, no qual a região deve ser usada sob outro critério e um novo objetivo.

A África dividida regionalmente, como um produto intelectual, é um espaço geográfico chave para uma nova fase de produção capitalista acontecer, ou seja, são necessárias nações independentes e livres para que a exploração e o comércio mundial continuassem em outro patamar de acumulação e produção da riqueza. Aliado a essa questão, grupos e movimentos que lutavam em busca da independência política, começaram a dispersar discursos de libertação e descolonização por todo o continente (DORIGO e MARONE, 1991). Mas este caráter deve inaugurar um novo processo de produção do espaço africano, no qual a região deve ser usada sob outro critério e um novo objetivo.

Por fim se faz necessário entender que a atuação da Europa sobre o continente africano, destaca-se o processo de produção do espaço africano marcado pelo imperialismo, pelo colonialismo e pela escravização, sendo a partilha o evento que inaugura um processo abrangente e violento de regionalização. O resultado é que o conceito de região evidencia as marcas de miséria, das desigualdades e dos conflitos que estão presentes no continente até os dias de hoje.

Todavia, é necessário um sentido histórico que seja afrocentrado, que ressalte a heterogeneidade, a complexidade e o dinamismo sociocultural com características próprias do espaço africano nesse momento, negado a pacificidade atribuída ao continente e destacando as mudanças e o potencial revolucionário (HERNANDEZ, 2005). Uma vez que todo processo de regionalização se desenvolve por conflitos de inclusão e exclusão da diferença.

A regionalização do continente potencializou a arbitrariedade e opressão presente nas relações estabelecidas entre ocidentais e africanos e também oferecem pistas para o questionamento de ideias preconceituosas, por vezes revestidas de humanismo assistencialista, que apresentam o continente africano como incapaz de conduzir a si próprio, reduzindo-o a um lugar de miséria, dor e sofrimento (HERNANDEZ, 2005).

Considerações Finais

A geografia demonstra ser uma excelente ferramenta para partir da história de África na perspectiva afrocentrada e antirracista. Ela oferece tantas possibilidades para que a

história do continente seja reescrita, quanto uma forma de colocar a África como centro de narrativa, seja do ponto de vista do conteúdo escolar, quanto da história do mundo.

A proposta metodológica que combina abordagem da cartografia-histórica e a produção do espaço em uma linha temporal de eventos da história natural e social de África integra um recurso didático que auxilie professores/as no debate geográfico sobre a história da África, e ao mesmo tempo, romper com uma concepção sequencial e linear das narrativas eurocêntricas da história. Coloca-se no desenvolvimento espiralado da história, a África enquanto fio condutor e o espaço africano o produto-produtor de ritmos e lugares próprios (internos e imediatos) e remotos (próximos e distantes)

Neste artigo, priorizou-se por um momento desta linha, no qual a produção do espaço africano pode ser concebida a partir do conceito de Região. Cabe aos geógrafos atuar sobre a desconstrução dessa narrativa colonial, utilizando de ferramentas como a metodologias e abordagens críticas e antirracistas.

Referências Bibliográficas

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 19, n. 2, p. 374-390, 3 nov. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102810> Acesso em: 3 jul. 2019.

ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. **Atlas Histórico**. Toda a História Geral e História do Brasil. V. único. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007, p. XVII.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira. **Diário Oficial da União**, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 23 jun. 2019.

DORIGO, Gianpaolo; MARONE, Gilberto Tibério. **História Geral I**. São Paulo: Anglo, 1990-1991.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Atlas of the Transatlantic Slave Trade. **African Diaspora Archaeology Newsletter**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 17, 2010. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/adan/vol13/iss4/17/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **XII Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados/resumo.html>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MORAIS, Jonny A. *et al.* A produção do espaço como proposta de ensino da história de África. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS E ENSINO DE GEOGRAFIA*, 2019, Campinas (SP). **Anais [...]**. Campinas (SP): Unicamp, 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2888>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 15-32, 2001.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Bauru, **Ciência Geográfica**, n. 6, p. 1-11, 1997. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_ensinoGeografia2016/racioc%EDnio%20geogr%E1fico%20-%20ruy%20moreira.pdf Acesso em: 25 ago. 2019

RATTS, Alex. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 125-140, 2015. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/314> Acesso em: 10 set. 2019.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. **O Preconceito**. São Paulo: IMESP, v. 1997, p. 133-144, 1996.

SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, n. 34, p. 141-160, 2010. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/315> Acesso em: 9 set. 2019.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce M. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 5, n. 93, p. 79-104, 15 jul. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 13 out. 2019.

VICHESSI, Beatriz; GIUFFRIDA, Patrícia. Quais foram os colonizadores da África? **Portal Geledés**, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quais-foram-os-colonizadores-da-africa/> Acesso em: 8 ago. 2019